

## **AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-UEFS: PERMANÊNCIA DAS (OS) ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO SUPERIOR**

Carina Silva de Carvalho Oliveira<sup>1</sup>  
Julie Sarah Lourau Alves da Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo é resultado da pesquisa da dissertação de mestrado apresentada no mês de Junho de 2015 para o curso de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador-Ucsal. O estudo foi realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS e retrata a política de ações afirmativas, sobretudo a política de permanência para os estudantes cotistas. A UEFS adotou o sistema de cotas desde 2007. O estudo apresentado baseia-se numa pesquisa empírica, para tanto se fez necessário uma ampla revisão de literatura, acompanhada de pesquisa de campo. Caracteriza-se por uma observação participante. Para a coleta de dados foram utilizados registros escritos, principalmente documentais, bem como entrevistas estruturadas e semi estruturadas. As mudanças no sistema de ensino superior no país mostram a relevância desta pesquisa, haja vista que apesar dos avanços sabe-se que as cotas estão longe de ser a solução para inserção de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais à universidade, todavia, a implantação delas torna-se um instrumento de democratização e busca por igualdade, principalmente num espaço historicamente construído para a elite, a Universidade no Brasil.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas. Ensino Superior. UEFS. Política de Assistência Estudantil.

### **1 INTRODUÇÃO**

A política de ações afirmativas para o acesso ao ensino superior constitui um passo importante para retirar da situação de vulnerabilidade social, uma grande parcela da sociedade brasileira, bem como dos baixos índices de escolarização, permitindo ao país a possibilidade

---

<sup>1</sup> Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Graduada em Serviço Social pela Universidade Tiradentes. Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pelo NEIM/UFBA, Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UNB). Membro do Mullieribus/UEFS e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Violência e Saúde-NIEVS-UEFS. Email: [carinauefs@gmail.com](mailto:carinauefs@gmail.com). Autora.

<sup>2</sup> Professora auxiliar do quadro especial da Universidade Católica do Salvador. Doutora em Antropologia Social e Etnologia da École des Hautes Études en Sciences sociales (EHESS) sob a direção de Michel Agier e doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sob a direção de Maria Rosario de Carvalho (cotutela). Vice líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre violências, democracia, controle social e cidadania da Ucsal. Coautora.

do desenvolvimento partindo da perspectiva da inclusão social. Contudo ainda existem no país argumentos que são contrários a implementação das ações afirmativas. Entre eles estão os de que as cotas violam o princípio da igualdade, causam racialização na sociedade brasileira, a exemplo de autores como Peter Fry, Yvonne Maggie e Demétrio Magnoli, que historicamente foi pautada pelo discurso da miscigenação.

O debate sobre a política de ações afirmativas nas universidades trouxe em seu bojo a discussão sobre quem é sujeito de direito no país. É inegável que a discordância para tal política focalizada se dá em virtude do uso da categoria raça como critério de classificação, isso tem impacto direto nas ideias da democracia racial. Esse mito firmou suas teorias em nossa sociedade e esta diretamente enraizado na construção da nação brasileira. De acordo com Jocélio Teles (2012, p.12) a resistência às cotas sempre foram pautadas em três principais argumentos. A primeira seria de que a meritocracia individual estaria sendo negada, a segunda seria a ideia de que sendo o Brasil um país mestiço, quem poderia comprovar que é negro, e por último o argumento do ponto de vista jurídico legal que afirma que ao regulamentar as cotas se reconhece a existência de discriminação, sendo este ultimo argumento levado a julgamento no Supremo Tribunal Federal em 2012.

O anti-racismo desenvolvido no país, sugere que não se deve falar em raça evitando assim, qualquer problema racial. Parafraseando Schvarcz (1998, p.183) uma das dificuldades principais em reconhecer o racismo existente no Brasil é que a discriminação é remetida ao nível individual e não é assumida como elemento arraigado do cenário nacional. Diante do exposto, falar em políticas que assegurem direitos a pessoas historicamente excluídas, ou seja, políticas sensíveis à raça, ou que permitam denunciar o racismo no Brasil, torna-se um grande desafio. “O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente”. (MUNANGA, 2006, p.56).

No Brasil o mito sobre a “harmonia” das relações raciais estimulou alguns projetos, a exemplo dos que foram financiados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO que entre 1951 e 1952 patrocinou uma serie de estudos sobre as relações raciais no país. Até a década de 50 permeava a ideia de que vivíamos uma democracia racial. Todavia a partir da década de 70, mais precisamente no final desse

período, este conceito começa a ser questionado. Novas técnicas de pesquisas foram incluídas associando os estudos de desigualdade racial com base de dados estatísticos<sup>3</sup>. Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, realizava a pergunta relacionada a raça de forma aberta, diferente do censo onde seus agentes perguntavam de forma fechada. Naquele ano, a questão recebeu mais de 136 respostas diferentes (SCHWARCZ 1998, p.226-227). Isso prova a peculiaridade da maneira como as pessoas no Brasil se auto classificam ou classificam outras pessoas. Sabemos da importância da política principalmente para o acesso no ensino superior público no país que historicamente foi destinado para a elite brasileira. Contudo, existe uma ausência de informações nas universidades públicas sobre a condição racial dos estudantes, que frequentam seus cursos, o que tem provocado dificuldade para análise da situação dos segmentos raciais no ensino superior. Faz-se necessário observar que cada região do país possui sua especificidade e a política de ações afirmativas precisa levar em consideração esses fatores. A proporção de negros, pardos, indígenas e quilombolas nas regiões Norte e Nordeste são maiores do que na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As universidades adotam sistemas diferenciados da política para escolha do seu público alvo, geralmente utilizam entre outros critérios, o de estudantes egressos de escola pública e renda.

## **2 REALIDADE DOS COTISTAS DA UEFS**

O Sistema de cotas implantado na Universidade Estadual de Feira de Santana, desde o semestre letivo de 2007.1 reserva 50% de suas vagas em todos os cursos para estudantes oriundas (os) de escola pública e, dentre essas, 80% para negras (os), e 20% para não-negros de escola pública, além de duas vagas extras por curso destinadas a indígenas e quilombolas. Desde 2007 o programa de reserva de vagas atende estudantes oriundos de comunidades quilombolas e indígenas. Os convocados necessitam enquadrar-se nos padrões de

---

<sup>3</sup> No ano de 1979, o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, publicou a obra Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil representando um marco na produção sociológica brasileira. Além do impacto causado na área acadêmica, o trabalho contribuiu significativamente para afirmar as reivindicações daqueles que lutavam em favor da igualdade racial, sobretudo os militantes do movimento negro brasileiro. Hansenbalg demonstrou que apesar de quase um século de abolição da escravatura, os negros permaneciam em pior situação política e econômica que os brancos, retratando inclusive que a desigualdade racial no país e conseqüentemente a marginalização do povo negro era fruto do racismo e deveriam ser explicados pela condição racial desses indivíduos.

estabelecidos pelo edital, que incluem a condição de serem estudantes advindos de escolas públicas, tendo estudado todo ensino médio e pelo menos duas séries do ensino fundamental. Suas respectivas comunidades devem ser reconhecidas por órgãos competentes. Especificamente para os indígenas três fatores são exigidos dos candidatos para convocação, posterior a sua aprovação: ser aldeado (residir em aldeia), declarar-se indígena (auto afirmação) e por último, possuir uma declaração da comunidade reconhecendo o candidato enquanto membro da aldeia. Em relação aos candidatas(os) quilombolas, o critério estabelecido é um documento comprobatório de residência em comunidades remanescentes quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares.

Os dados coletados para essa pesquisa são relativos a oito estudantes que moram atualmente na Residência Tradicional da UEFS, bem como do resultado de seleções realizadas com nove estudantes indígenas, dando um total de dezessete estudantes, entre eles, oito participaram diretamente da pesquisa acrescido dos nove estudantes indígenas, sendo que estes últimos não foram entrevistados diretamente, em virtude do período da entrevista coincidir com o período de férias e todos os estudantes indígenas, que moram na residência indígena, já tinham viajado para suas respectivas aldeias. Dos oito estudantes entrevistados, um é quilombola, um é não-negro de escola pública e os outros seis fazem parte da categoria negros, sendo eles, pretos e pardos de escola pública.

Ressalta-se que todas (os) que participaram das entrevistas têm acesso ao programa de moradia estudantil da UEFS, tanto a Residência Tradicional-RESI, como é conhecida, e a Residência Indígena-RI ambas localizadas no próprio campus. A RESI tem capacidade para cento e setenta e seis vagas (sendo três delas destinadas para deficientes físicos) voltadas para estudantes que não possuem condições financeiras para manter despesas com moradia, durante o período da graduação, são oriundos de outros municípios e não tem familiares, amigos ou conhecidos em Feira de Santana, necessitando desta forma, de um espaço para permanência até a conclusão da graduação. Para estudantes indígenas existe além da RI uma casa alugada pelo município de Rodelas num bairro próximo a UEFS, que garante vaga para seis estudantes, sendo quatro delas destinadas ao sexo feminino e duas delas para o masculino, entretanto essa casa beneficia os estudantes indígenas oriundos deste referido município. A seleção dos candidatos a vaga nas residências utiliza como principais critérios a distância da residência do estudante para a UEFS e a renda socioeconômica. O fato de ser

estudante cotista não lhe garante a vaga, todavia a maioria dos estudantes da residência tradicional são cotistas. Já os estudantes da residência indígena ainda não foram submetidos a seleção para garantia das vagas.

As residências universitárias para muitos estudantes é a única alternativa para poder cursar a graduação. Por ser um dos principais instrumentos de garantia da política de assistência estudantil da UEFS e instrumento de permanência dos estudantes na graduação, faremos a seguir uma descrição da observação de campo das duas residências do campus universitário. Ressalta-se que o trabalho realizado não é tipicamente etnográfico, uma vez que se faz necessário um tempo maior de observação, o que não fora efetivamente cumprido. Coaduna com essa afirmação o que refere Pinto e Guazzelli (2008, p. 55): “A interação é condição sine qua non. Não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e da pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente”.

No entanto, poder-se-á dizer que conteve algumas das características das incursões etnográficas, buscando sempre a interação com o objeto de estudo, uma vez que o principal instrumento da pesquisa foi a própria investigadora, que negociou o acesso aos entrevistados, esteve presente em momentos de conversação informal, realizou as entrevistas, participou como membro da Comissão de Ações Afirmativas das reuniões, e esteve presente nas principais mobilizações dos estudantes e da instituição, a exemplo da posse do Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil-PROPAAE na UEFS e dos Seminários de avaliação da Política de Ações Afirmativas da universidade, haja vista que como assistente social da instituição tive contato com a realidade a ser pesquisada desde 2011. Ao abordar a observação participante Sena (2010, p.111), afirma que “... não deve haver receita determinando graus de participação, mas uma vez integrando-se ao contexto de pesquisa, o investigador irá definindo no que, quando e como participar”. Para realizar a observação participante utilizei os relatos dos estudantes, que vivem nas residências e de alguns funcionários da universidade.

Na primeira “visita exploratória” a residência tradicional (RESI), como é conhecida, fui recebida com estranhamento por alguns estudantes. Atribuo esse comportamento ao fato de ter ido ao local acompanhada por outras colegas, que outrora desenvolviam trabalhos contínuos na RESI, todavia o trabalho foi cancelado por alegação de que o ambiente não era

seguro. As profissionais sentiam-se ameaçadas pelos estudantes. Entretanto os encontros seguintes foram mais próximos, principalmente nas reuniões da Comissão de Ações Afirmativas e nos encontros informais nos corredores da universidade. Os estudantes convocados para participarem da pesquisa mostraram-se colaborativos e demonstraram interesse em contribuir para o êxito do trabalho.

A RESI foi inaugurada em 1998 e é resultado da luta dos estudantes por condições de moradia no campus, principalmente para aqueles oriundos de outros municípios e que, por conseguinte, em virtude da sua situação socioeconômica de vulnerabilidade não possuem condições de arcar com as despesas com estadia ou deslocamento do seu município de origem até a universidade. Nas conversas com os estudantes, registradas em diário de campo, durante a coleta de dados para esta pesquisa muitos deles relatavam que a instituição não pensava em construir a residência e que após a ocupação da creche pelos estudantes, ocorrida em 25 de outubro de 1988, a residência tradicional foi conquistada. Segundo relato um grupo de 25 estudantes da UEFS ocupou as instalações da creche, que na época era recém construída no campus, com o objetivo de transformá-la em residência universitária.

A universidade refere que quando um estudante aceita um excedente nas instalações da RESI, burlando o processo de seleção realizado pelo serviço social, este estudante acaba ferindo os princípios estabelecidos pela UEFS para manutenção das condições mínimas de convivência. Todavia vale ressaltar que ocorrem dois vestibulares por ano, ao passo que as seleções para a Resi tradicional ocorrem anualmente, ficando sempre vários estudantes sem direito ao acesso desta assistência estudantil, essencial a sua permanência na graduação.

Diante disso, os estudantes que tem a vaga acabam se solidarizando com aqueles que passaram no vestibular e não tem condições de alugar um local próximo a universidade, ou não tem familiares no município. Acabam se solidarizando também com o que recebem da bolsa auxílio especial (bolsa no valor de R\$ 432,00 que recebem os estudantes residentes selecionados de acordo com as vagas e renda socioeconômica), comprando alimento e repartindo com os colegas.

Os estudantes relataram que a maioria deles chegaram a RESI na condição de excedentes e que atualmente já tem a vaga oficial. O atual Pró-Reitor da PROPAAE afirma que ao vir para UEFS ficou na condição de excedente e teve que aguardar a abertura de vagas

para participar da seleção. Segundo relato dos estudantes os professores tem ideias pré-concebidas com relação aos moradores da RESI. Ideias essas relacionadas a vandalismo, baderna e uso abusivo de álcool e outras drogas, principalmente por causa das festas que ocorrem no local, organizada por alguns estudantes e por causa das mobilizações de ocupação lideradas por estudantes da residência universitária.

A partir das observações pude perceber que essas ideias sobre o comportamento dos estudantes é consenso entre os funcionários e professores, o que nos permite inferir que existem estereótipos pejorativos relacionados aos moradores da RESI tradicional. Esse estigma acaba interferindo diretamente na vida acadêmica do estudante e como estratégia de permanência utiliza-se de dois mecanismos: o primeiro seria abandonar a residência universitária logo após conseguir uma bolsa de pesquisa, ligadas a algum núcleo de pesquisa da universidade como, por exemplo, aquelas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC. Alguns estudantes não conseguem superar esses modelos atribuídos aos residentes e acabam abandonando a RESI e em conjunto com outros estudantes alugam casas no bairro ao lado da universidade na tentativa de não ser mais rotulado. A segunda estratégia seria unir-se a instituição e delatar os próprios colegas que ferem os princípios do regimento interno da RESI. Muitos estudantes procuram a PROPAAE e denunciam os colegas que recebem estudantes na condição de excedente, dentre outros assuntos que interessam a instituição. Desta forma eles acabam adquirindo credibilidade com a instituição, na tentativa de extrair de si os estereótipos atribuídos aos estudantes da RESI.

No que tange as observações da residência indígena, RI como é conhecida, segundo levantamento histórico, foi criada em 2010. Ao contrario do que ocorreu com a mobilização dos estudantes da RESI para construção da residência, os estudantes indígenas não precisaram reivindicar o espaço. A UEFS em 2007 elaborou um projeto e com os recursos da própria universidade construiu a RI. Desde que fora implantada os estudantes da RI não se submeteram a processos de seleção para conseguir vagas. Os próprios estudantes organizam o espaço que desde a sua inauguração conta com 20 (vinte) vagas. Há também uma casa alugada pelo município de Rodelas, entretanto acolhe apenas os estudantes da etnia Tuxá.

Quanto a relação dos professores e demais funcionários com os estudantes da RI é bastante pacífica, haja vista que os estudantes indígenas, segundo eles são “tranquilos”.

Entretanto alguns estudantes da RESI afirmam que os estudantes indígenas possuem uma condição socioeconômica melhor, o que permite que eles recorram a outros meios para se manterem na universidade. Os funcionários demonstram empatia no tratamento com os estudantes indígenas, fato que não ocorre com a maioria dos estudantes da RESI. Os conflitos evidenciados na RI são de caráter étnico cultural, haja vista que algumas etnias podem fazer rituais dentro da casa, enquanto outras, isso não é permitido. Todavia o diálogo é utilizado para resolver esses conflitos e na maioria das vezes é mediado por uma professora da UEFS, Antropóloga que desenvolve projetos e acompanhamento dos estudantes na RI.

Todos esses relatos e observações foram elaborados a partir das notas de campo e realizado com o objetivo de fundamentar esse material ora apresentado. De acordo com Gil (2010, p.130) “As notas de campo são constituídas pelos dados obtidos mediante observação ou entrevista. São fundamentais na pesquisa etnográfica e constituem importante etapa entre a coleta e a análise dos dados”.

No que se refere à renda socioeconômica familiar dos estudantes que participaram da pesquisa a maioria deles afirmaram que suas famílias recebem por mês um salário mínimo<sup>4</sup>. Entre os entrevistados encontramos a seguinte situação socioeconômica: os que têm renda familiar de 1 salário mínimo totalizam 41,2% seguidos daqueles que possuem renda mensal de 1 salário mínimo e meio com 17,6%, bem como os que declararam que suas famílias recebem 2 salários que perfazem também um total de 17,6%; entre os que declararam não possuir renda o total foi de 11,8%, a mesma porcentagem dos que declararam renda familiar de 1 a 2 salários.

Diante dos dados acima mencionados é possível inferir que a maioria das famílias dos estudantes entrevistados tem uma renda mensal de 1 salário mínimo por mês, o que torna difícil a permanência dos mesmos até a conclusão da graduação, haja vista que, qualquer que seja o curso, existe uma demanda por materiais que necessariamente depende de recursos financeiros para poder acessá-los como, por exemplo, livros, xerox, acesso a internet, trabalhos, atividades extra campus. Para que estes estudantes alcancem o êxito de concluir a graduação será necessário que as políticas de assistência estudantil atendam suas necessidades e as exigências do curso no que tange ao material necessário para cada disciplina.

---

<sup>4</sup> O salário mínimo vigente é de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais). Reajuste feito em 01/01/15.

A UEFS não dispõe de levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes, fato que impede que se faça o cruzamento dos dados coletados nesta pesquisa com dados da própria universidade, permitindo assim a análise comparativa entre os estudantes entrevistados e os demais discentes da UEFS. De acordo com o relato da estudante indígena, do curso de Psicologia as dificuldades financeiras podem levar o estudante a abandonar o curso. A mesma afirma que:

“Desde que ingressei na Universidade tenho enfrentado diversos problemas financeiros, o que por pouco, quase me levou a desistir da carreira acadêmica. No período em que entrei a situação era mais grave, pois o R.U não estava em funcionamento e o contrato entre as instituições UEFS e FUNAI havia vencido o que significaria a dependência de uma maior ajuda de custo vindo da família para aquisição da alimentação, transporte, produtos de higiene, materiais acadêmicos, e etc. Com a reabertura do R.U a situação se estabilizou pois não mais pensava em trancar o curso e abandonar a Universidade, porém vale ressaltar de que este evento não torna suficiente a permanência do Residente na Universidade. Apesar destes fatores serem importantes para a permanência do estudante de baixa renda é importante frisar que este indivíduo por vezes necessita ir ao encontro de sua família, adquirir livros dentre outros materiais para acompanhamento e melhor aproveitamento didático de suas aulas, bem como a garantia de sua participação em muitos eventos e congressos dos quais dependem de um investimento, onde por vezes este estudante não tem como efetuar”.

Diante do que fora relatado pela estudante é possível analisar que o estudante de famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, aqueles que os recursos financeiros são escassos enfrentam uma dificuldade bem maior do que aqueles que possuem uma renda familiar estável. Além da distancia da família, o estudante enfrenta outros desafios que acabam tendo impacto direto no desempenho acadêmico.

Para outros estudantes a dificuldade ainda é maior em virtude da exigência de alguns cursos com relação a outros, pela necessidade de aquisição de materiais e livros, a exemplo dos cursos de odontologia e medicina que tem um custo maior que os cursos de licenciatura. Para o estudante que cursa Engenharia Civil, a falta de recursos financeiros causa impacto direto no desempenho do estudante nas disciplinas, concomitantemente para o êxito na conclusão da graduação, conforme relato abaixo:

“Minha situação sócio familiar e econômica é bastante critica, pois minha família não tem condições financeiras para me manter nesta instituição. Já pensei até em desistir por causa que eu precisava comprar algumas coisas necessárias em algumas disciplinas, mas não tenho dinheiro suficiente.

Quero muito adquirir o benefício<sup>5</sup> para poder aumentar meu desenvolvimento acadêmico e ficar mais tranquilo”.

Se para muitos estudantes o único desafio a ser enfrentado na graduação é a concorrência do vestibular para entrar na universidade, para outros não basta apenas vencer a batalha do mérito, mas, sobretudo as dificuldades diárias que se apresentam para aqueles que não dispõem de recursos financeiros para obter sucesso na academia. Essa batalha enfrentada por aqueles estudantes que não dispõe de recursos financeiros não se limita a entrada na universidade, ela decorre, dentre outros fatores, da falta de investimento do Estado na educação, causando impacto direto no histórico de vida educacional deste indivíduo, pode-se pensar que essas praticas são formas brandas e sutis de exclusão. É sabido também que, conforme já evidenciamos, tanto o acesso como a permanência na universidade é desigual para determinados grupos sociais. Isso se reflete diretamente no que tange a escolaridade dos pais desses estudantes.

No que se refere a escolaridade da mãe e do pai: 88,20% dos estudantes entrevistados afirmaram que aqueles tinham o ensino fundamental incompleto, enquanto que 5,90% responderam que sua mãe teria o ensino fundamental completo e pai incompleto, e outros 5,90% responderam que sua mãe nunca teria estudado enquanto o seu pai teria o ensino fundamental incompleto.

Diante desses dados é possível notar que a política de ações afirmativas nas universidades permite romper com essas desigualdades históricas vivenciadas por parte das famílias destes indivíduos, sobretudo aqueles que vivem na zona rural e em locais mais afastados da cidade, a falta de acesso ao ensino superior é uma realidade constante para muitos estudantes, sobretudo para aqueles que veem na educação uma possibilidade de mobilidade social, principalmente para sua família. No que se refere ao acesso ao ensino superior: 64,70% dos estudantes entrevistados declararam que são os primeiros a acessar o ensino superior, enquanto que 35,30% destes responderam que não são os primeiros da família a acessarem o ensino superior. A possibilidade de maior acesso da população negra, quilombola, indígena e de classe menos favorecida ao ensino superior poderá viabilizar a ocupação de cargos e funções de chefia, com salários melhores em diversos espaços do mercado de trabalho. A política de ações afirmativas nas universidades, através do sistema de

---

<sup>5</sup> O benefício a que se refere o estudante são os da assistência estudantil da UEFS.

cotas e reservas de vagas, e no caso particular, na UEFS, contribui para concretização de projetos de ascensão social, idealizados pelos estudantes, bem como de seus familiares, possibilitando a construção de uma sociedade mais democrática que respeite efetivamente as diferenças, rompendo com as barreiras que impedem a mobilidade social de indivíduos que foram historicamente excluídos, sobretudo pelo acesso a cursos de maior prestígio social. Segundo Reinaldo Guimarães (2013):

“É importante lembrar que alguns estudantes mais carentes, por reconhecerem suas lacunas acadêmicas no momento do ingresso, optaram inicialmente pelos cursos “menos procurados” contando com a possibilidade de ser transferidos mais tarde para os cursos mais prestigiados com base em seu bom desempenho acadêmico (naturalmente a ser confirmado). Entendo que as prioridades dos indivíduos carentes estão principalmente ligadas a melhoria da qualidade de vida dos seus familiares e da sua comunidade.

...é verdade que muitas vezes busca-se uma formação que forneça instrumentos para enfrentar as desigualdades sociais vivenciadas no cotidiano do seu lócus de origem”. (GUIMARÃES, 2013, p. 125-126).

A partir dessa afirmação do autor é possível perceber que para alguns estudantes o acesso a cursos de maior prestígio social torna-se inacessível, haja vista que a maioria destes cursos possuem um alto custo de materiais didáticos o que de certa forma inviabiliza o acesso daqueles estudantes que não condições financeiras de arcar com essas despesas, bem como não recebem ajuda de familiares.

Existem diversas barreiras que os impedem de prosseguir e conseqüentemente chegar a conclusão da graduação. Os estudantes observam o mercado de trabalho como uma oportunidade para melhoria das condições de vida e a esperança é nutrida pela oportunidade de inserção na universidade. Se faz necessário criar alguns mecanismos para garantir a permanência dos estudantes. Acerca dos dados é possível identificar que dos entrevistados 47,6% disseram que estudam muito para ter melhor desempenho, 29,15% buscam cooperação dos colegas/professores, 17,7% preferem ficar com os cotistas ou com iguais, enquanto que 5,5% tentam mudar a aparência. Segundo Reinaldo Guimarães (2013):

“A dinâmica das relações sociais no ambiente acadêmico e cultural da universidade impõe, por diversos motivos, entre eles os decorrentes das relações raciais, o entendimento de que são “diferentes”, “filhos” inesperados. Mais do que isso, a marca da cor e a posição socioeconômica de uma parte substantiva desses estudantes faz que eles muitas vezes se percebam como “não pertencentes” à universidade, embora dela façam parte”. (GUIMARÃES, 2013, p. 30).

Os dados apresentados demonstram que os estudantes cotistas e da reserva de vagas na UEFS sofrem em seu cotidiano discriminações que engendram desigualdades e conseqüentemente tem que lidar com o desafio de tentar superar a média daqueles estudantes que não entraram na universidade pelo sistema de cotas. Os dados mostram que os estudantes entrevistados em sua maioria tentam estudar mais para não ter que ouvir que estão na universidade por que o “caminho” foi facilitado. Além disso, as notas materializam a impressão de um bom desempenho, demonstra também conhecimento acadêmico, podendo desta forma, garantir o acesso a bolsas de pesquisas que irá conceder não só o recurso financeiro da bolsa, mas também permite a possibilidade de ser bolsista de iniciação científica e conseqüentemente inserção nos grupos de pesquisa, facilitando o ingresso futuramente à algum programa de pós-graduação.

Os dados nos mostram também que alguns estudantes disseram que preferem ficar com os iguais. Essa estratégia busca a homogeneidade do grupo permitindo assim que os estudantes que vivenciam as dificuldades socioeconômicas e desigualdades raciais busquem o fortalecimento entre seus pares. Os estudantes acreditam que entre os iguais existe proteção. Outra estratégia mencionada que merece destaque é a tentativa de mudar a aparência, apesar de ter sido mencionada por um estudante apenas, é importante ser analisada, pois consiste na tentativa de mudar a sua aparência e suas características a fim de ficar mais parecido com o grupo com o objetivo de ser aceito por ele. A ideia de branqueamento perpassa em muitos jovens na universidade, sobretudo para aqueles que querem se desvincular das cotas para não sofrer preconceitos na universidade, principalmente em sala de aula.

Percebe-se que diariamente além deste estudante conviver com a falta de recursos financeiros e com a dificuldade de estar distante de sua família, precisa também enfrentar o discurso de alguns colegas, professores e funcionários carregado de preconceito, nos espaços em sala de aula, ou em outras situações vivenciadas pelos mesmos no campus da universidade. Acerca desses fatos o estudante de licenciatura em matemática refere que:

“Aqui na UEFS a primeira vez que eu entrei no curso, eu estava me apresentando para os colegas quando eu falei que era quilombola muitos riram da minha cara e questionaram “quilombola desta cor”? Foi a primeira discriminação que eu senti na pele dentro da universidade estadual de Feira de Santana”. Em uma reunião do colegiado de matemática, agendada pelos professores de matemática pura, a pauta da reunião era discutir sobre a questão dos cotistas de matemática e saber como estava o desempenho

destes alunos no curso, eles achavam que por ter entrado muitos cotistas no curso, isso baixou o escore do curso e a nota, essa reunião ocorreu em 2012, só que na reunião foi constatado que quem permanecia no curso eram os cotistas e esses cotistas tinha a nota igual aqueles estudantes de escolas particulares. Foi uma reunião de cunho racista por parte de alguns professores, mas que contribuiu para quebrar um pouco essa ideia de que o cotista tem escore menor do que os estudantes de escolas particulares”.

Pode-se afirmar que tais praticas incorrem em violação dos direitos humanos, do direito a igualdade e do direito a diferença identitária. As cotas não diminuem a excelência da universidade, haja vista que os estudantes cotistas são submetidos a mesma avaliação que os demais estudantes. Além disso, alguns estudos realizados em universidades que adotaram o sistema de cotas comprovaram que o desempenho do estudante cotista é igual ou superior as do não cotistas. Acerca das dificuldades nas disciplinas 94,11% dos estudantes afirmaram que tinham, enquanto que 5,89% disseram que não. Sobre esse aspecto é possível os estudantes cotistas e da reserva de vagas na UEFS, que participaram da pesquisa referem que estas dificuldades estão relacionadas a precária educação básica que tiveram.

Os estudantes referem que procuram os professores das disciplinas para solicitar ajuda, entretanto afirmam que não recebem qualquer tipo de apoio. Referem também que sentem vergonha de expor suas duvidas em sala de aula e acabam evitando participar das aulas, a estratégia é se tornar pouco evidente para evitar ser discriminado. Coaduna com o relato do estudante cotista de Engenharia Civil, que diz:

“eu ainda não consegui me enturmar até hoje, vou fazer um ano e meio no curso, então é muito complicado, a questão é muito complicada, é muito difícil você se incluir totalmente na universidade, você acha que esta faltando alguma coisa e a questão de se manter é complicada”.

Sabe-se que as políticas de ações afirmativas garantem o acesso de indivíduos historicamente excluídos do ensino superior no país, entretanto se faz necessário não apenas garantir a entrada na universidade, mas, sobretudo dar condições desses estudantes concluírem a graduação, ou seja, dar condições de permanência. Pois apenas desta forma pode-se ter oportunidades reais de inclusão e de possibilidades de romper com o histórico desigual de acesso ao ensino superior.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A política de ação afirmativa configura-se uma possibilidade real de construirmos outro modelo de sociedade, pode-se entendê-las como um conjunto de políticas, coordenadas, promovidas tanto pelo Estado, quanto pela própria iniciativa privada, no sentido de corrigir, desigualdades historicamente perpetradas, tendo como alvo qualquer grupo social ou étnico com um histórico comprovado de discriminação. Aqui no Brasil do ponto de vista operacional elas são tardias. Em diversos países elas foram implementadas como, por exemplo, na Índia, nos Estados Unidos, na Malásia e na África do Sul e estão direcionadas principalmente em dois campos, no campo da educação e no campo do mercado de trabalho.

No país vivíamos sob a égide da democracia racial. Este mito norteou as ideias da sociedade durante muito tempo. Entendida como igualdade e convivência pacífica entre grupos raciais, se caracteriza como uma espécie de elemento estruturador das relações sociais. A crença da democracia racial trás em seu bojo a ideia de que a raça não deve estar vinculada a definição de oportunidades ou garantia de direitos. Importa-nos ressaltar que embora o conceito de raça exista no campo das ciências naturais, ele foi resignificado pelas ciências sociais, dando a este um caráter político.

Os dados e relatos dos estudantes apresentados nesta pesquisa demonstram o quanto às universidades, sobretudo a UEFS precisam avançar no que tange ao acesso e principalmente a permanência de estudantes negras (os), indígenas e quilombolas de escolas públicas. A política de ações afirmativas constitui não só um avanço para garantir a entrada de uma população historicamente excluída nos espaços outrora ocupados por uma elite branca, mas principalmente ela permite encerrar que existem desigualdades raciais e étnicas que não devem ser naturalizadas, essas questões necessitam de enfrentamento e de políticas focalizadas para dar conta desse fosso engendrado durante anos no país.

Ressalta-se também que esta pesquisa permitiu perceber as condições de permanência através dos relatos dos estudantes. Torna-se então um instrumento vivo de percepção da realidade da qual estão submetidos estes estudantes. Realidade dura e que muitas vezes levam o estudante a abandonar o curso por falta de condições mínimas de sobreviver a tamanha desigualdade e intolerância dentro de um espaço que supostamente deveria efetivar o direito ao acesso no ensino superior.

Entendemos que a implementação concreta da política de ações afirmativas para que tenham impactos efetivos sobre a desigualdade no Brasil será um processo longo e árduo, no entanto, as esferas competentes devem assumir realmente o que regulamenta a lei, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência a fim de permitir a conclusão da graduação. É sabido que a educação não é suficiente para reparar as desigualdades. E as ações em andamento, que atendem a uma agenda histórica das desigualdades raciais na educação brasileira, ainda estão distantes de apresentarem resultados definitivos.

No que se refere à UEFS se faz necessário um acompanhamento efetivo desta política e principalmente uma melhor distribuição da assistência estudantil da universidade. Sob alegação de escassez de recursos, o Estado não repassa as verbas que financiam diretamente a assistência e quem sofre são aqueles estudantes que mais precisam, aqueles que necessitam de condições para permanecer e concluir a graduação. Se fazem necessária mudanças nessa política, sobretudo no que é investido para manutenção do restaurante universitário.

Urge também, a necessidade de se criar mecanismos dentro da instituição que possam coibir atos de discriminação, racismo e violência que são perpetrados cotidianamente contra os estudantes cotistas e oriundos da reserva de vagas. A universidade precisa posicionar-se contra tais atitudes, haja vista que não basta apenas a garantia do acesso, ou a criação de uma resolução que atenda os indivíduos historicamente excluídos, do contrario perpetuara a desigualdade sob o manto de estar garantindo direitos.

## **REFERÊNCIAS**

**Diário de Campo**, Abril de 2014 a Fevereiro de 2015;

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010. 5ª ed;  
GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013. 208 p.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição-Belo Horizonte. Editora: UFMG: Rio de Janeiro: IUPERG, 2005;

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**. In: Revista USP, 2006. 5 vol, num:68.



## Direitos Humanos, Ética e Dignidade

18 a 24 de outubro de 2015

SCHWARCZ, L. K. M.. **Nem Preto, Nem Branco Muito Pelo Contrário: Cor e Raça Na Intimidade Brasileira.** In: Lilia Katri Moritz Schwarcz. (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v., p. 174-243;

SANTOS, Jocélio Telles dos. **Cotas nas universidades: análise dos processos de decisão.** Salvador: CEAO, 2012. 288 p;

SENA, Judith; NASCIMENTO, Maria Angela. **Pesquisa: métodos e técnicas de conhecimento da realidade social.** Feira de Santana. UEFS. 2010. 203 p.